



## **“Tá na TPM”:** Estigmas da menstruação na mídia e na escola

Caroline Luiza Willig<sup>1</sup>  
Saraí Patrícia Schmidt<sup>2</sup>

### **Resumo**

A expressão que dá título a este escrito é muito ouvida por pessoas que desafiam a subalternidade sexo e gênero que lhes é imposta na sociedade ocidental moderna. Nestas linhas, problematizo o estigma da instabilidade e da selvageria como um recorte da dissertação *Tá de Chico? Estigmas do Sangue na Mídia e na Escola* (2021). A pesquisa se desenha por meio de teorias interdisciplinares, elencando a cristalização deste estigma e também de outros, localizando os mesmos por caminhos metodológicos que perpassam a bricolagem de mídias nos anos de 2019 e 2020, categorização do conteúdo com inspiração nos métodos de Neira e Lippi (2012) e Bardin (2011) e o diálogo com professores e professoras por meio de uma formação docente voltada para a temática. Esta ciranda tecida de forma plural e dinâmica permitiu estabelecer paralelos entre os termos que associam os estigmas da instabilidade e selvageria para aproximar as pessoas menstruantes dos animais e da natureza, questionando sua sanidade, evolução e sua humanidade de forma a interligar as intersecções sexo, raça, gênero, classe social, território, idade e, também, espécie, evidenciando o cercamento das pessoas menstruantes a respeito dos saberes e direitos sobre seu próprio corpo perpassa a colonialidade do saber e do poder, de território e de corpo enquanto território.

Palavras-chave: menstruação; estigmas; mídia; escola.

### **Menstruação e dominação de corpos para (re)produtividade**

Menstruar é uma ação biológica natural dos corpos com útero em idade fértil, entretanto, foram naturalizados estigmas no que tange ao sangue menstrual, que corroboram com um plano político em curso há mais de 500 anos, colonizando corpos enquanto territórios, e territórios enquanto parte do corpo da terra. A América Latina é marcada pela colonização<sup>3</sup> de caráter

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra no programa Processos e Manifestações Culturais na Universidade Feevale. Bolsista Capes.

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente dos Programas de Pós-Graduação Processos e Manifestações Culturais e Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

<sup>3</sup> De acordo com Quijano (2005), a colonização começou como um processo interno entre povos com identidades diferentes que habitavam os mesmos territórios e foram convertidos em espaço de dominação interna. Posteriormente, o colonialismo se expandiu para povos, identidades, etnias e territórios externos, com o início do "descobrimento das américas". Segundo Quijano, não foram as Américas que foram incorporadas dentro de uma já existente economia mundial capitalista, mas sim elas que financiaram a existência desta. Já a colonialidade,

exploratório, tendo 90% de sua população vítima de genocídio<sup>4</sup> com a sua “descoberta” pelos “conquistadores”, oriundos de uma cultura eurocêntrica, patriarcal e imperialista. De acordo com Quijano (2005), “eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (Quijano 2005: 74-75).

A intelectual e militante italiana Sílvia Federici, em sua obra *Calibã e a Bruxa* (2017), realiza uma verdadeira reparação histórica ao jogar luz sobre conceitos que Foucault ignorou em seus escritos sobre a sexualidade e também Marx ao discorrer sobre a luta dos trabalhadores, sem tocar na evidente intersecção de gênero que a causa envolve, trazendo a formação da identidade da mulher e conseqüentemente da bruxa, figura amplamente perseguida desde o surgimento da Era Moderna e potencializada com o capitalismo imperialista, que deixa resquícios de violência reverberarem até os dias atuais:

As semelhanças no tratamento que receberam tanto as populações europeias como as da América são suficientes para demonstrar a existência de uma mesma lógica que rege o desenvolvimento do capitalismo e conforma o caráter estrutural das atrocidades perpetradas neste processo. A extensão da caça às bruxas às colônias americanas é um exemplo notável. (Federici 2017: 381)

Federici (2017) traz evidências e pesquisas acadêmicas que versam sobre a caça às bruxas em diversos pontos do mundo, não somente na Europa, e que essa história não ficou no passado – segue reverberando como justificativa para o assassinato de mulheres em situação de vulnerabilidade na Índia, África do Sul e América do Sul – todos eles, países localizados no Sul global<sup>5</sup>, colônias de exploração europeia. E também indaga sobre até que ponto a produção de

---

conforme Quijano postula, é a chamada Colonialidade do Poder, quando se refere à inter-relação entre as formas atuais de exploração e denominação como resquícios e estruturas de pensamento-sentimento-ação com herança do colonialismo (Quijano 2005).

<sup>4</sup> *Genocídio* é um termo utilizado é um conceito cunhado na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, como uma forma de referenciar os assassinatos em massa ocasionados pelo regime nazista, com caráter de extermínio de um grupo de pessoas por conta de sua etnia, raça, religião ou nacionalidade. Disponível online: <<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-genocidio.htm>>. Nesta pesquisa, ele é empregado para referenciar também o assassinato dos povos originários, como uma forma de exterminar também a sua cultura.

<sup>5</sup> *Sul global* é um termo utilizado nas teorias pós-coloniais e decoloniais, para se referir tanto ao que o eurocentrismo chama de terceiro mundo ou conjunto de países subdesenvolvidos, bem como regiões mais pobres de países ricos que, de forma generalizada, se localizam Hemisfério Sul, já revelando uma relação hierárquica de poder entre os países do Norte global e do Sul global. Se trata, portanto, de um termo que projeta a identidade geopolítica subalterna, não se podendo reduzi-lo a um território puramente geográfico ou territorial. Disponível online: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

hierarquias raciais e sexuais nas colônias foi capaz de formar um campo de confrontação ou de solidariedade entre mulheres indígenas, africanas e europeias, e entre mulheres e homens (Federici 2017: 129).

A violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva do plano de colonização da América (Federici 2017: 121). Tendo em vista que corpos objetificados, como os corpos de pessoas com útero, que conseqüentemente menstruam, são vistos como território passível de ser explorado, há uma tênue relação entre a exploração das mulheres e a exploração da terra, também vista como feminina e passiva pela visão binária eurocêntrica. O termo cercamento, utilizado por Federici (2017), remete à expropriação dos trabalhadores de sua riqueza coletiva, mas que se trata de um termo técnico que indicava um conjunto de estratégias adotadas por fazendeiros ricos para eliminar o uso coletivo da terra e expandir suas propriedades, seu império:

A caça às bruxas constituiu-se em uma estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de propagar o terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. Também foi uma estratégia de cercamento, que, segundo o contexto, podia consistir em cercamento de terra, de corpos ou de relações sociais. Assim como na Europa, a caça às bruxas na América foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio (Federici 2017: 382)

Na maioria das culturas, das ancestrais às contemporâneas, a terra é vista como feminina por gerar, nutrir e acolher a vida em todo seu ciclo vida-morte-vida. E que atualmente, com a predominância da cultura capitalista, eurocêntrica e patriarcal, o ser humano tem vivido a negação da sua natureza, não se enxergando como parte dela e sim como algo superior a tudo que vem dela. “O vínculo dos índios americanos com a terra, com as religiões locais e com a natureza sobreviveu à perseguição devido principalmente à luta das mulheres, proporcionando uma fonte de resistência anticolonial e anticapitalista durante mais de quinhentos anos” (Federici 2017: 382).

A visão antropocêntrica e eurocentrada, segundo Federici (2017), justifica a relação doentia em que a humanidade tem se relacionado com o que categoriza como feminino e inferior, seja ele a terra, as mulheres ou mesmo as pessoas que não se enquadram na cisheteronormatividade. A autora defende também que a mulher, por se aproximar da natureza, é demonizada, e a menstruação cumpre papel essencial na construção desta imagem. O poder, segundo Quijano, é uma

malha de relações de exploração/dominação/conflito que se configuram entre as pessoas na disputa pelo controlo do trabalho, da ‘natureza’, do sexo, da subjectividade e da autoridade. Portanto, o poder não se reduz às ‘relações de produção’, nem à ‘ordem e autoridade’, separadas ou juntas. E a classificação social refere-se aos lugares e aos papéis das gentes no controlo do trabalho, dos seus recursos (incluindo os da ‘natureza’) e seus produtos; do sexo e seus produtos; da subjectividade e dos seus produtos (antes de tudo o imaginário e o conhecimento); e da autoridade, dos seus recursos e dos seus produtos (Quijano 2005: 100).

A falta de aceitação do diferente e a cosmovisão que coloca o homem cisgênero<sup>6</sup> heterossexual<sup>7</sup>branco no topo do poderio do mundo é um marco para as relações de poder patriarcais e colonialistas que formam as identidades de mulher colonizada. Tal depreciação do diferente, conforme se percebe, mantém-se ao longo dos anos através de roupagens diferentes, revelando estruturas coloniais e patriarcais que afetam o sujeito condicionado ao papel de mulher e moldam suas diversas e complexas identidades na sociedade brasileira. De acordo com Quijano,

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano 2005)

Mais do que uma imposição de raça e etnia, a colonialidade impõe também o gênero sexista e o especismo e, estes marcadores sociais da diferença se entrecruzam, gerando opressões que não se somam, mas se fundem e potencializam no que tange à menstruação. A exemplo disso, Carol Adams, com a obra *A Política Sexual da Carne*, publicada no Brasil em 2018, abre os olhos das feministas para o veganismo, ao abordar a opressão de gênero muito além da espécie humana, com o que chama de proteína feminilizada, ao passo que o leite é oriundo do estupro sistemático de vacas. Seres que após viverem essa violência, têm seus filhotes retirados para virarem vitela do churrasco e seguem produzindo leite para consumo humano, e das galinhas, escravizadas para a produção de ovos. A autora também chama a

---

<sup>6</sup> *Cisgênero* é um termo designado para pessoas que se identificam com o gênero imposto ao sexo biológico de nascimento, como pessoas do sexo feminino que se identificam como mulheres (Butler 2003).

<sup>7</sup> Orientação sexual caracterizada por atração romântica e/ou sexual entre pessoas do sexo oposto, sendo a relação entre homem e mulher (Butler 2003).

atenção para a questão do referente ausente, ao associar o prazer associado ao carnismo e à objetificação do corpo feminino visto como uma incubadora de seres humanos e/ou exclusivamente como depósito de sêmen, pois há um esvaziamento do ser animal e do ser mulher nestas opressões, tanto que “a carne” é um sujeito feminino dentro da língua portuguesa.

Se o sangue menstrual é o único que não vem da violência, e mesmo assim a sociedade tem nojo, é preciso ressaltar que este sangue pode não ser fruto da opressão, mas é um agravante para a vulnerabilidade. Segundo a ONU Mulheres, 12,5% das mulheres cisgêneras e também homens trans e pessoas não binárias vivem a pobreza menstrual no mundo, sem acesso a recursos para produtos de higiene. A instituição também ressalta que só no Brasil, cerca de 26% das meninas entre 15 e 17 anos também vivem a pobreza menstrual, utilizando até mesmo miolo de pão para estancar o sangue, como o caso de presidiárias e de pessoas livres também, que são afastadas de suas escolas, da possibilidade de trabalhar, por não terem acesso à higiene durante o período. Tal situação as coloca, também, como vítimas ainda mais vulneráveis de um sistema moldado para o homem cisgênero heterossexual branco, numa espécie de prisão domiciliar.

Tais marcadores sociais da diferença estigmatizam e, conseqüentemente, dão espaço para novos teceres na mesma direção. Os estigmas, enquanto teceres culturais desenvolvidos a partir do choque com o diferente, são muitas vezes o resultado de crenças e valores pessoais preconceituosos, como postula o sociólogo estadunidense Erving Goffman (1980), ao elencar que o estigma não é um atributo que está encrustado na pessoa estigmatizada, mas naquela que estigmatiza, no momento em que tece cultura ancorada em percepções de ordem moral e subjetiva.

### **Aporte metodológico**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de ferramentas metodológicas complementares, iniciando pelo ancoramento teórico alicerçado na historiografia e no decolonial e seguindo para a bricolagem de materiais midiáticos, a fim de elencar referências que denotaram a relação cultural da sociedade brasileira com a menstruação, por meio da metodologia proposta por Neira e Lippi (2012). Os materiais que integraram o corpus midiático da pesquisa foram posteriormente analisados com a finalidade de localizar e agrupá-los em categorias de conteúdos que remetessem a estigmas e preconceitos distintos envolvendo a menstruação.

Como resultado, sete estigmas foram evidenciados nas categorias que foram estruturadas segundo o método de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011),

entre eles, o estigma da instabilidade e da selvageria, que denota a necessidade de dominação dos corpos selvagens para a (re)produtividade.

Como última etapa que antecede a análise, amostras de materiais midiáticos, bem como os estigmas localizados a partir das categorias, foram apresentados em uma sensibilização junto dos professores e professoras das séries finais de uma escola pública de ensino fundamental da rede municipal de educação do município de Novo Hamburgo/RS, intitulada Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfina Diefenthaler. A ação foi viabilizada por meio do Grupo Criança na Mídia, coordenado pela pesquisadora Saraí Schmidt, que desde 2016 sedia parte de suas pesquisas no território desta escola. A atividade contou com quatro encontros de duas horas, no ano de 2020, que se deram de forma virtual em função da necessidade de distanciamento físico em função da pandemia Covid-19.

As falas dos professores e professoras foram transcritas e utilizadas para estabelecer diálogos entre os estigmas localizados nas mídias e o aporte teórico, a fim de conectar os territórios da mídia e da educação, haja vista a urgente necessidade de se debater dignidade menstrual dentro do ensino básico que se mostra por meio dos índices que refletem tanto a falta de conhecimento para lidar com o período, quanto a falta de insumos e infraestrutura material.

### **“Tá de TPM”: Sobre dominar corpos selvagens**

As expressões “irritada”, “irritadiça”, “irritado”, “Tá na TPM”, “falta de sexo”, “louca”, “louco”, “enlouquecido”, “enlouquecer”, “histérica”, “bode”, “de lua”, “selvagem”, “estressada”, “bipolar”, entre outros, surgiram 338 vezes durante a sensibilização e revelam o preconceito com as oscilações de humor características do ciclo menstrual. Nas 136 recorrências midiáticas envolvendo os estigmas menstruais, coletadas em formato de bricolagem de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, surgiram 40 materiais que apresentaram conteúdo que se enquadra na categoria 3, Instabilidade e selvageria.



**Figura 1** Post problematiza o termo “louca”.  
Fonte: Perfil do Instagram @kis.berg.

A perseguição ao corpo instável e rebelde, conforme a Figura 1 evidencia, é uma estratégia colonialista e patriarcal de doutrinar a população para atuar como serva da acumulação de capital e, tal discurso se reflete ainda hoje na cultura, através dos termos pejorativos utilizados para referenciar as naturais oscilações de hormônios e humor das pessoas com útero. Federici (2017) destaca que todos aqueles que não se enquadravam nas normas eram perseguidos como hereges. A ‘heresia’ se constituía como uma crítica às hierarquias sociais, bem como à exploração econômica quanto uma denúncia da corrupção clerical. A Igreja Católica expandiu seus fiéis pelo mundo através da dominação e do extermínio a todos aqueles que se opunham a ela, capitalizando a fé do povo e perseguindo aqueles que não se enquadravam nas suas normas ou não aceitavam de modo passivo serem explorados.

A heresia era fortemente associada também com as questões sexuais. Diversas seitas de resistência hereges também associavam a espiritualidade junto de suas questões políticas, como os Cátaros, a mais influente seita herege da história, segundo a autora, que se destacou por sua aversão à guerra e por uma forma singular de se opor a ela, demonstrando respeito por todas as expressões de espiritualidade, que repudiavam o matrimônio e a procriação e eram estritamente vegetarianos, tanto porque se recusavam a matar animais ou mesmo ingerir qualquer coisa que tivesse sido gerada sexualmente, pois alegavam que o sexo era o que os mantinha escravos de uma vida degradada à mera sobrevivência.

Tal antinatalismo, entretanto, não se refletia a partir de uma imagem degradante da mulher, mas sim ao fato de um filho ser o sinônimo de mais um escravo de uma situação de vida com liberdade cerceada e destinada à luta social. Diversas outras seitas hereges e movimentos surgiram, nem todos pregando o celibato ou a não-procriação - alguns inclusive tratavam o ato sexual como místico ou sagrado, entretanto a perseguição a eles foi fortemente associada ao que a igreja católica chamou de Sodomia (sexo anal e fortemente associado às relações homossexuais), o infanticídio e o aborto:

Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista (Federici 2017: 178).

As contribuições de Federici (2017) para compreender a perseguição aos hereges denota, portanto, a supressão do corpo rebelde, que não se enquadrava nos moldes de família nuclear propostos pelo poder vigente, já que o celibato não gerava novos escravos e também as posturas libertinas com os conhecimentos contraceptivos, como o próprio sexo anal, também não geravam novos filhos. "A ameaça que as doutrinas sexuais dos hereges representava para a ortodoxia também deve ser levada em conta no contexto dos esforços realizados pela igreja para estabelecer um controle sobre o matrimônio e a sexualidade que lhe permitia colocar a todos - do imperador até o mais pobre camponês - sobre seu escrutínio disciplinar" (Federici 2017: 79).

As expressões “está de lua”, “bipolar”, “histérica” e “está de TPM”, “selvagem” e “de bode” escancaram essa relação de aproximar os corpos que menstruam da natureza instintiva e irracional, abominada pela visão cartesiana de mundo característica do colonialismo. Esta visão do corpo visto como máquina será mais explorada na análise da categoria 4, *Inutilidade*. Tais adjetivos associados à instabilidade emocional são geralmente empregados às mulheres para desvalidar seus discursos dentro da academia, dentro do trabalho ou mesmo da cena familiar, conforme uma integrante do grupo de pesquisa Criança na Mídia, que participou da sensibilização, contribuiu em um dos encontros:

*Quando o adjetivo louca é usado para caracterizar uma mulher, eu nunca ouvi esse adjetivo sendo usado em algum momento em que não fosse o único objetivo de desvalidar o que a mulher acabou de falar. Eu sei que existem pessoas loucas e que a gente não tem de generalizar também. Mas essa*

*palavra louca nunca é usada para homens. Ai “ele tá louco” tipo, para desvalidar o discurso desse homem.*

As expressões “histérica”, “bipolar” e “falta de sexo” também se apresentam em sintonia com o significado do termo “louca”, o qual a própria psicanálise freudiana ajudou a impregnar nas pessoas com útero ao conceber a histeria como uma doença de mulher, ligada à repressão de desejos sexuais. Talvez isso explique a expressão “falta de sexo” atribuída às mulheres que se posicionam de maneira mais objetiva ou “seca”, tradicionalmente associada à identidade masculina (Spivak 2010). A loucura, a rebeldia e a selvageria são distantes da compreensão da razão sobre o domínio das emoções, a mente sobre o domínio do corpo, que aproximam a pessoa com útero dos animais, seres que foram reduzidos a bestas com o avanço do patriarcado e colonialismo:

Numa época em que se começava a adorar a razão e a dissociar o humano do corpóreo, os animais também foram submetidos a uma drástica desvalorização – reduzidos a simples bestas, ao “Outro” definitivo – símbolos perenes do pior dos instintos humanos (Federici 2017: 349).

Os corpos menstruados são a representação literal da falta de controle do ser humano sobre a sua própria natureza, portanto, são uma afronta à ideia androcêntrica<sup>8</sup> e antropocêntrica<sup>9</sup> de mundo colonial e patriarcal, conforme destaca Federici:

Os excrementos eram ao mesmo tempo tão analisados e degradados porque eram o símbolo dos “humores enfermos” que se acreditava viverem nos corpos e aos quais se atribuíam todas as tendências perversas dos seres humanos. Para os puritanos, os excrementos se converteram no signo visível da corrupção da natureza humana, uma forma de pecado original que tinha que ser combatido, subjugado, exorcizado (Federici 2017: 281).

Atualmente, compreensões mais positivas resgatadas de diversas culturas, também tiveram relevância no corpus midiático, como a frase de protesto que surgiu nas redes sociais: “Você não é louca, é cíclica”, atentando para o fato de as oscilações hormonais e emocionais

---

<sup>8</sup> Androcentrismo é um termo ligado à forma social de organização patriarcal. Cunhado pelo sociólogo Ward em 1903, remete à tendência do masculino como o modelo de representação coletiva e consequentemente como o padrão. Disponível online: <<https://www.dicio.com.br/androcentrico/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

<sup>9</sup> Antropocentrismo é a concepção de que a o ser humano é uma raça superior e o centro do universo, podendo portanto escravizar, dominar, se alimentar, matar e conquistar tudo em prol de seu benefício pessoal. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/antropocentrico/>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

ao longo do ciclo menstrual fazem parte da natureza das pessoas com útero, e não são sinônimos de algum distúrbio psicológico.

Destaco também uma reportagem autobiográfica na Revista Marie Claire, cujo título é “*Mulher de Fases*”. A matéria aborda a experiência da repórter em uma vivência com um grupo de mulheres, envolvendo o Sagrado Feminino, retratando a relação do ciclo menstrual com as fases da lua e a conexão com a natureza que estas percepções de semelhanças a partir da comparação do ciclo menstrual com o ciclo lunar proporcionam.

Tais iniciativas envolvendo movimentos de resgate ancestral, como o Sagrado Feminino, também estão emaranhados no meio das opressões de raça, gênero, classe, poder aquisitivo, religião, localização geográfica, entre outros. Um olhar interseccional, conforme propõe Davis (2016), pode evitar uma série de apropriações culturais, unindo as diversas lutas feministas e resgates das múltiplas culturas que subjugarão, de diversas formas, a figura feminina ou feminilizada. Há necessidade de se horizontalizar as relações através do discurso e da prática, compreendendo que na atualidade quem mais usufrui de privilégios e conhecimentos ancestrais de culturas que até hoje seguem oprimidas pela colonização, são as mulheres brancas de classe média. Lélia Gonzalez dá exemplos do que ela considera racismo cultural no desenvolvimento do feminismo brasileiro:

Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial. Neste sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média (Gonzalez 2020).

Quando percebemos as mulheres brancas e de classe média como pioneiras na disseminação dos movimentos do Sagrado Feminino, majoritariamente alimentado pelo resgate de culturas amplamente oprimidas e perseguidas pela colonização, um olhar interseccional e uma postura horizontal se fazem necessários. Assim, é possível questionar o porquê quando uma mulher branca traz os mesmos assuntos que uma mulher indígena ou negra, e esta é ouvida enquanto as outras são silenciadas, e seguem sendo oprimidas e perseguidas. Conforme Spivak ressalta: “Ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna, o intelectual pós-colonial sistematicamente “desaprende” o privilégio feminino (Spivak 2010: 89).

Estendo a fala de Spivak (2010) para além dos intelectuais pós-coloniais, adentrando a fala de educadores e de profissionais da comunicação com seu papel social de educar, comunicar, fazer ciência, história e resgatar conhecimentos e saberes reprimidos em relação ao ciclo menstrual e à ciclicidade da própria natureza. Um olhar interseccional pode ampliar a percepção sobre as opressões e também um discurso horizontal e de acolhimento, podem evitar que tais movimentos de resgate acabem praticando apropriação cultural ou caindo na lógica imperialista e patriarcal, ao abarcar a interseccionalidade:

Devemos acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas, como está ocorrendo na antropologia, na ciência política, na história e na sociologia. No entanto, a pressuposição e a construção de uma consciência ou de um sujeito sustentam tal trabalho e irá, a longo prazo, se unir ao trabalho de constituição do sujeito imperialista, mesclando a violência epistêmica com o avanço do conhecimento e da civilização. E a mulher subalterna continuará tão muda como sempre esteve (Spivak 2010: 86)

Spivak (2010) coloca luz acerca dos perigos que os resgates e de sua apropriação pelo sistema imperialista. Num sentido mais amplo, a fala de Spivak pode soar uma advertência também sobre a importância da interseccionalidade para que tais recuperações de informações não sirvam para abastecer a cultura opressora enquanto aqueles que estão no lugar de oprimidos seguem subalternos, já que as estruturas hierárquicas e relações de poder seguem intactas.

Durante a sensibilização, o uso dos contraceptivos como medicação para regular o fluxo menstrual de adolescentes se mostrou uma prática comum segundo os relatos dos participantes. Segundo a professora de biologia, a menstruação é naturalmente irregular nos primeiros anos, já que o corpo ainda está se desenvolvendo e regulando seus hormônios até a fase adulta. A mesma professora trouxe um relato acerca da endometriose e sua associação com os anos contínuos de contraceptivo:

*antigamente quase não ouvíamos falar de uma pessoa que tinha endometriose e hoje é muito comum e está associada ao uso da pílula. Muitas meninas começam a tomar pílula com treze ou catorze anos e a consomem até seus trinta e poucos anos, ou mais. A endometriose é o acúmulo de sangue na parede do endométrio, causando cólicas fortes. Muitas mulheres precisam passar por procedimentos para retirar aquele sangue.*

Talvez muitos pais, ao levarem os adolescentes que menstruam ao médico e pedirem um anticoncepcional “fraco”, apenas para regular a menstruação, estejam preocupados com a possibilidade de uma gravidez na adolescência. Mas, neste caso, me pergunto se uma boa

conversa explicativa, que fale sobre as formas de prevenção (afinal, contraceptivo não previne de doenças sexualmente transmissíveis) não seria mais saudável para o/a adolescente com útero do que um “remédio”. Uma das participantes relatou que foi induzida a tomar contraceptivo desde os 13 anos de idade, e que atualmente compreende tal ato como uma espécie de violência:

*Eu menstruei aos 11 anos de idade e com 13, 14 anos, minha mãe me levou ao ginecologista para regular minha menstruação. [...] acho que posso pensar que foi um certo tipo de violência. Eu era muito nova e ouvi da médica que deveria tomar anticoncepcional para o ciclo regular, e foi o que minha mãe me incentivou a fazer. Hoje em dia não tomo anticoncepcional e minha menstruação é regulada.*

Outros relatos de participantes mencionando que quando descobriram que havia anticoncepcionais que permitiam o uso contínuo por meses, evitando a menstruação, também o fizeram não somente para prevenir a gravidez, mas para “controlarem melhor” seu corpo, seu humor e o desconforto de menstruar.

Não me posiciono contra medicamentos que visem proporcionar mais bem-estar e conforto para o período menstrual. Minha proposta aqui é discutir a respeito da medicalização para controle da natureza cíclica das pessoas que menstruam, que precisam de todos os resquícios do ciclo menstrual controlados para serem integradas a um sistema industrial de acumulação primitiva colonial e patriarcal cuja voracidade do sistema capitalista implica num agravamento de tais relações de poder existentes. Tal sistema que, na esfera pública, não foi concebido para comportar a inconstância cíclica da menstruação que é própria de seres selvagens e consequentemente inferiores, menos evoluídos.

O cercamento das pessoas com útero a respeito dos saberes sobre seu próprio corpo, dos seus ciclos, da ginecologia, parto e todos os assuntos envolvendo o útero eram guardados pelas mulheres, que tinham suas formas naturais de amenizar dores e evitar a gravidez, antes da medicina moderna imperar com sua visão cartesiana e realizar uma verdadeira violência epistemológica no que condiz aos saberes ancestrais dos ciclos femininos, que eram passados de geração a geração de mulheres. Federici é categórica ao afirmar que:

*não pode haver dúvida de que a caça às bruxas destruiu os métodos que as mulheres utilizavam para controlar a procriação, posto que eles eram denunciados como instrumentos diabólicos, e institucionalizou o controle do Estado sobre o corpo feminino, o principal pré-requisito para sua subordinação à força de trabalho” (Federici 2017: 331)*

A autora segue destacando que para ser bruxa, bastava não se enquadrar nos moldes binários e patriarcais – prostitutas, adúlteras, promíscuas, mulheres que se rebelavam contra o sistema vigente, sendo, portanto, selvagens e rebeldes, loucas. “A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres, foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e destruir o seu poder social” (Federici 2017: 334). Nas colônias europeias do Novo Mundo, a identidade da típica bruxa europeia, a mulher selvagem, foi substituída por correspondentes completamente diferentes, mas com o mesmo traço de rebeldia e ameaça ao sistema, sendo eles os nativos americanos colonizados e os africanos escravizados nas plantações, que tiveram um destino similar ao das mulheres na Europa:

Os destinos das mulheres na Europa e dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que suas influências foram recíprocas. A caça às bruxas e as acusações de adoração ao demônio foram levadas à América para romper a resistência das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo (Federici 2017: 357).

A perseguição à bruxaria em território ameríndio foi tamanha, que o diabo era representado como um homem negro, também pelas questões religiosas de matriz africana. Mas a principal estratégia por trás da caçada aqui na América, foi a punição para o ataque à propriedade para garantir o sucesso no plano de privatização das terras (Federici 2017).

Outro ponto destacado por Federici (2017), que se mostra relevante para a pesquisa do ponto de vista ecofeminista, é a forte presença dos animais no mundo fantasioso das bruxas, que permeou as mídias e propagandas para instigar a perseguição às mulheres selvagens. “A presença dos animais no mundo das bruxas era tamanha que devemos presumir que eles também estavam sendo julgados” (Federici 2017: 349). Tal associação fica evidente toda vez que alguma comparação pejorativa é feita entre mulheres e animais, como o caso das expressões envolvendo a menstruação, “tá de chico”, “tá de bode”, ou mesmo outros termos preconceituosos e especistas como “vaca” e “cadela” para se referir a algum comportamento desviante da conduta feminilizada e domesticada imposta às pessoas com útero, evidenciando as problematizações pautadas pela teoria da Política Sexual da Carne (Adams 2019). O machismo e o especismo são apresentados de forma interligada através das elucidações da autora por meio da lógica da dominação.

## **Considerações finais**

Quando a menstruação vaza na mídia ou na escola, adentrando a esfera pública, escancara uma das mais primitivas formas de subalternização colonialista: aquela com justificativa no biológico, que considera o sexo feminino inferior por natureza, evidenciando portanto uma questão central do sangue menstrual - a relação complexa cultura e natureza, suas fronteiras e inter-relações. Do mesmo modo, essencializar o gênero feminino associando-o ao sexo feminino incorre, por sua vez, na universalização da categoria identitária de mulher e acaba por reproduzir ideologias de gênero ancoradas no sexismo, com vista em cercar para dominar corpos menstruantes para a (re)produtividade do sistema capitalista e acumulação do capital. Esta discussão se faz urgente tanto nos territórios midiáticos, por seu papel pedagogizante, quanto nos territórios escolares, haja visto o papel da educação diante da emancipação de sujeitos cidadãos por meio da promoção da diversidade, combate aos preconceitos e do acolhimento ancorado nos Direitos Humanos.

## Referências

- ADAMS, C. 2018. *A Política Sexual da Carne*. São Paulo: Editora Alaúde.
- BARDIN, L. 2011. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BUTLER, J. 2003. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- DAVIS, A. 2016. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- FEDERICI, S. 2017. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- GOFFMAN, E. 1980. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GONZALEZ, L. 2020. *Por um Feminismo Afro Latino Americano*. São Paulo: Zahar (Edição do Kindle).
- NEIRA, M. G. & LIPPI, B. G. 2012. “Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional”. *Revista Educação & Realidade*, 37(2): 607-625, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2175-62362012000200015>>.
- PRODANOV, C. C. & FREITAS, E. C. 2013. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale.

QUIJANO, A. 2005. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO.

SPIVAK, G. C. 2010. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG.